

Orçamento para 91 prevê PIB 3% maior

Helival Rios

O presidente Fernando Collor encaminhou, ontem, ao Congresso Nacional o projeto de lei dos orçamentos federais para 1991, prevenindo uma aplicação total de recursos (receitas iguais às despesas) de Cr\$ 8,667 trilhões. A nova proposta orçamentária para 1991 prevê que a economia brasileira crescerá 3% no próximo ano (em termos de Produto Interno Bruto — PIB), enquanto o déficit público deverá ser equivalente a 1% do PIB.

A proposta orçamentária do Governo contempla três orçamentos: o fiscal, com despesas de Cr\$ 5,644 trilhões; o da seguridade social, com Cr\$ 3,033 trilhões; e o orçamento de investimento das empresas estatais, com Cr\$ 838,98 bilhões.

Segundo mensagem encaminhada pelo Governo ao Congresso, comparativamente a este ano, as despesas fixadas para 1991 deverão refletir reduções reais importantes (descontada a inflação), apontando uma queda de 10% nas despesas de custeio, incluindo-se aí os gastos com pessoal; queda real de 15% nas diárias e consultoria; 30% na locação de mão-de-obra; e 50% nas despesas com publicidade e propaganda oficiais.

Os orçamentos para 1991, prevendo uma movimentação de recursos de Cr\$ 8,677 trilhões, a preços de maio de 1990, prevêem uma reserva de contingência — destinada à cobertura de gastos com calamidades, de Cr\$ 27,6 bilhões.

Transferências

As transferências para os estados e municípios e o Distrito Federal foram previstas em Cr\$ 936,019 bilhões, representando 10,8% dos recursos orçamentários globais. Os encargos financeiros da União (pagamento de juros e amortização da dívida interna incluídos vão somar Cr\$ 2,361 trilhões, que representam 27,2% dos gastos totais. As operações oficiais de crédito foram estimadas em Cr\$ 566,95 bilhões.

A maior dotação orçamentária, em termos globais, ficará, pela proposta do Governo, com o Ministério do Trabalho e Previdência, num total de Cr\$ 2,253 trilhões (25,96% do total), destacando-se, também, as dotações para os encargos previdenciários da União, estimados em Cr\$ 306,31 bilhões (3,5% do total);

TOTAL DAS DOTAÇÕES

Distribuição por Órgão	Cr\$ 1.000,00		(A preços de maio de 1990)
	Tesouro	Outras Fontes	Total
Câmara dos Deputados	24.140.968		24.140.968
Senado Federal	20.477.169		20.477.169
Tribunal de Contas da União	8.079.757		8.079.757
Supremo Tribunal Federal	2.394.292		2.394.292
Superior Tribunal de Justiça	5.603.755		5.603.755
Justiça Federal	33.653.831		33.653.831
Justiça Militar	2.326.321		2.326.321
Justiça Eleitoral	11.151.679		11.151.679
Justiça do Trabalho	50.165.646		50.165.646
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	4.531.657		4.531.657
Presidência da República	131.242.640	13.037.362	144.280.002
Ministério da Aeronáutica	113.885.502	26.058.871	139.944.373
Ministério da Agricultura e Reforma Agrária	124.329.979	11.469.006	135.798.985
Ministério da Ação Social	135.327.499	282.500	135.609.999
Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento	172.890.020	280.808.790	453.698.810
Ministério da Educação	285.209.760	52.184.228	337.393.988
Ministério do Exército	122.161.502	7.560.417	129.721.919
Ministério da Infra-Estrutura	150.899.864	35.127.982	186.027.846
Ministério da Justiça	30.283.406	4.773.721	35.057.127
Ministério da Marinha	90.774.147	25.503.979	116.278.126
Ministério Público da União	4.539.253		4.539.253
Ministério das Relações Exteriores	15.679.040	3.078	15.682.118
Ministério da Saúde	189.517.114	10.581.066	200.098.180
Ministério do Trabalho e Previdência Social	2.113.862.888	139.435.000	2.253.297.888
Encargos Financeiros da União	2.361.242.237		2.361.242.237
Encargos Previdenciários da União	306.318.953		306.318.953
Transferências a Estados, DF e Municípios	936.019.990		936.019.990
Operações Oficiais de Crédito	566.954.976		566.954.976
Entidades em Extinção, Dissolução ou Privatização	29.436.155		29.436.155
Subtotal	8.043.400.000	606.826.000	8.650.226.000
Reserva de contingência	27.600.000		27.600.000
Total	8.071.000.000	606.826.000	8.677.826.000

para o Ministério da Economia, de Cr\$ 453,69 bilhões (5,2%); e Ministério da Educação, que contará com Cr\$ 337,39 bilhões (3,9% do total).

A Presidência da República (que recebeu nova estrutura, com novas secretarias), caberá 1,66% do total dos recursos, num montante de Cr\$ 144,28 bilhões.

Os ministérios militares vão ficar com Cr\$ 385,94 bilhões, equivalentes a 4,44% do total dos recursos orçamentários. O Congresso Nacional contará com Cr\$ 44,61 bilhões, equivalentes a 0,51% do total dos recursos.

Correção

O Ministério da Agricultura ficará com Cr\$ 135,79 bilhões (1,56%); o da Ação Social, com Cr\$ 135,6 bilhões; o Ministério da Infra-Estrutura, com Cr\$ 186,02 bilhões (2,14%); o Ministério da Saúde, com Cr\$ 200,09 bilhões (2,3%); e o da Justiça, com Cr\$ 35 bilhões.

As receitas e despesas constantes da proposta orçamentária serão corrigidas com base nos preços médios de 1991, segundo hipótese inflacionária formulada pelo Ministério da Economia. O projeto de lei dos orçamentos prevê que o Governo Federal disporá de uma margem entre 20 e 25% na movimentação de recursos (conforme o caso) no sentido de remanejar e de elevar ou cortar gastos em qualquer rubrica. Esse percentual poderá elevar-se até 60% do valor dos subprojetos ou das subatividades relacionados à Defesa Civil, para o atendimento de calamidades públicas.

O Judiciário contará com Cr\$ 109,8 bilhões para gastar nas suas atividades em 1991.

Segundo exposição de motivos da ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, os benefícios da seguridade social foram contemplados com os recursos necessários ao cumprimento de encargos.

